



DEVOLUTIVA DA CONSULTA PÚBLICA PARA DEFINIÇÃO DOS TEMAS DA SOCIEDADE CIVIL – Etapas 1 e 2

Introdução

O processo de elaboração do 6º Plano de Ação brasileiro, no âmbito da Parceria para Governo Aberto (Open Government Partnership - OGP), está sendo realizado conforme metodologia adotada nos últimos três planos. Esta metodologia aperfeiçoou os mecanismos de participação da sociedade no processo de elaboração e implementação dos compromissos brasileiros, o que resultou em um modelo replicado e elogiado internacionalmente.

A referida metodologia prevê a realização de três fases de trabalho: i) Definição de Temas; ii) Oficinas de Cocriação; e iii) Aprovação do Plano.

A fase de Definição dos Temas compreende a etapa de seleção dos principais assuntos relacionados às políticas de Governo Aberto. Serão selecionados quatro temas propostos pela sociedade civil, e quatro temas propostos pelo governo. Assim, os temas são divididos em duas categorias:

- Temas indicados pela sociedade civil - Os quatro temas indicados pela sociedade serão selecionados por meio de consulta pública dividida em três etapas. No primeiro momento, será aberto espaço para que a sociedade indique qualquer tema que considere importante de ser tratado por meio de políticas de governo aberto. As sugestões serão compiladas em linhas temáticas por área e subárea de atuação. No segundo momento, os temas compilados serão avaliados para identificar a relação com os pilares de governo aberto e a viabilidade da execução no prazo do Plano de Ação. Por fim, será aberta votação para priorização dos temas, dentre aqueles compilados e validados. Serão selecionados os quatro temas mais votados, limitando-se a um tema por área de atuação (tais como saúde, educação, meio ambiente etc.). Essa limitação visa atender ao anseio da população e, ainda assim, garantir a diversidade de áreas a serem trabalhadas no Plano de Ação.
- Temas indicados pelo Governo – Os quatro temas indicados para compor o 6º Plano serão definidos entre aqueles considerados estratégicos para o Governo Federal, podendo englobar temas indicados pelos poderes Legislativo e Judiciário, focados em melhorar o funcionamento das políticas de governo aberto.

Segundo a metodologia, definidos todos os temas (priorizados pela sociedade civil e priorizados pelo governo), passa-se para a etapa de cocriação, quando se discutem os desafios e se definem os compromissos. As oficinas de cocriação são reuniões que contam com a participação paritária de especialistas do governo e da sociedade civil nos temas definidos.

Etapa 1 – Consulta Pública para proposição de temas

A consulta pública para selecionar os temas da sociedade civil na construção do 6º Plano de Ação do Brasil na OGP ocorreu entre os dias 12 de julho de 2023 e 26 de julho de 2023, por meio da plataforma [Participa + Brasil](https://www.gov.br/participamaisbrasil/6-plano-definicao-temas) (<https://www.gov.br/participamaisbrasil/6-plano-definicao-temas>). Nesta etapa, qualquer cidadão poderia propor livremente temas a serem trabalhados por meio de políticas de Governo Aberto no futuro Plano de Ação.

Qual o objetivo da Consulta Pública para proposição de temas?

A consulta teve o objetivo de identificar temas que a sociedade gostaria de ver aprofundados e discutidos por oficinas compostas por atores especializados da sociedade civil e do governo, com a finalidade de construir, em conjunto, compromissos internacionais com relação ao tema proposto. Adicionalmente a sociedade pode indicar órgão ou entidade da sociedade civil com conhecimento técnico sobre o tema escolhido e que possa contribuir com as conversas e debates do Plano.

Para incentivar a participação de cidadãos de diferentes segmentos (sociedade, setor privado, academia) e com diferentes perfis (raça, gênero, religião, região), foi realizada [Live de Lançamento da Consulta Pública](#) com ampla divulgação. O objetivo foi o de possibilitar que os temas fossem mais representativos e que alcançassem demandas importantes para a sociedade. No total, foram apresentadas 126 contribuições.

Compilação

A partir de contribuições da sociedade, foram identificados os aspectos relativos a temas de governo aberto. Feito esse exercício de classificação, foi realizada uma compilação em grandes grupos temáticos. Vale mencionar que as propostas que abordavam mais de um tema foram incorporadas em mais de um grupo temático. Esse trabalho foi realizado de forma compartilhada entre o [Grupo de Trabalho \(GT\) da Sociedade Civil](#) e a Controladoria-Geral da União (CGU). A subdivisão objetivou uma melhor sistematização do processo de proposição dos temas.

Importante destacar que, mesmo nos casos em que a proposta apresentada tinha pouca ou nenhuma relação com Governo Aberto, houve um esforço para que a manifestação do cidadão fosse considerada, sendo incorporada em grupos com abordagens próximas. Assim, as **126** propostas apresentadas pela sociedade foram agrupadas em 65 temas relativos a 28 áreas de atuação. Conheça como foi a [Sistematização dos temas](#).

Etapa 2 – Consulta Pública para priorização de temas

A segunda etapa da consulta pública foi realizada entre os dias 07 e 21 de agosto de 2023, por meio da plataforma [Participa + Brasil](#). De acordo com a metodologia aprovada, a sociedade participou da escolha de quatro temas, os quais serão trabalhados posteriormente nas oficinas de cocriação, podendo resultar em compromissos para o futuro Plano de Ação.

Como funcionou a Fase 2?

A fase 2 da consulta pública teve como objetivo definir, por meio de votação aberta, os quatro temas priorizados pela sociedade para inclusão no 6º Plano de Ação. Assim, foi aberta consulta ao público para votação em, no máximo, quatro dos 65 temas definidos na etapa anterior. No total, foram contabilizados 1889 votos. Conforme previsão da metodologia, foram selecionados os quatro temas mais votados, limitando-se a um tema por área de atuação (tais como saúde, educação, meio ambiente etc.).

ÁREA DE ATUAÇÃO	TEMA	NÚMERO DE VOTOS RECEBIDOS
Acesso à Informação	Aprimoramento do cumprimento da Lei de Acesso à Informação	69
	Melhoria do monitoramento da Lei de Acesso à Informação nos municípios (Acesso à Informação)	29
Agricultura	Agroecologia e governo aberto	28
	Reforma agrária e governo aberto	46
Cidadania	Formação para cidadania ativa	41
	Fortalecimento do terceiro setor e governo aberto	20
	Garantia do direito à participação social e exercício da cidadania	39
Ciência aberta	Ciência e suas interseções com as leis de transparência e proteção de dados	43
	Transparência, participação e colaboração na pesquisa e produção científica	98
	Transparência e divulgação de pesquisa científica em alimentos transgênicos	12
Combate à corrupção	Combate à corrupção e governo aberto	112
Comunicação	Acesso à internet e garantia de direitos digitais	34
	Comunicação institucional como ferramenta de governo aberto	11
Dados abertos	Abertura de dados de financiamento público de pesquisas científicas	43
	Abertura de dados dos processos administrativos no âmbito federal	13

	Abertura de dados para aperfeiçoamento da segurança viária	5
	Abertura dos dados dos Caçadores, Atiradores e Colecionadores (CACs)	15
	Abertura dos dados sobre Combate à Fome e Segurança Alimentar	21
	Formação de um ecossistema digital de dados abertos para uso comercial dos dados	21
Direitos Humanos	Participação social e educação em Direitos Humanos	25
	Transparência, colaboração e inovação para o enfrentamento ao tráfico de pessoas	16
Economia	Empreendimentos da economia solidária e governo aberto	8
Educação	Alimentação escolar saudável e governo aberto	17
	Educação, ciência e governo aberto	51
	Educação e governo aberto	12
	Fomento para o desenvolvimento de tecnologias para prevenção em saúde	10
Esporte	Esporte, cidadania e governo aberto	6
Governo Aberto	Fortalecimento da política de governo aberto	34
Governo Digital	Cidades Inteligentes e governo aberto	39
	Confiabilidade e consistência dos dados públicos	15
	Modernização do acesso de usuários do SUS a seus históricos médicos	19
	Política Nacional de Arquivos Públicos e Privados e governo aberto	15
	Softwares livres e governo aberto	18
Infraestrutura	Transparência e participação social em grandes obras de infraestrutura	166
Integridade	Integridade privada e governo aberto	10
	Integridade pública e governo aberto	16
Justiça	Justiça aberta	12
LGPD	Proteção de dados e inteligência artificial	23
Meio Ambiente	Amazônia Legal e governo aberto	25
	Controle social da implementação do Código Florestal	68
	Enfrentamento da emergência climática e das mudanças climáticas	54

	Governança socioambiental e governo aberto	25
	Informações para o desenvolvimento sustentável e fomento à bioeconomia	16
	Poluição ambiental e governo aberto	13
	Proteção dos direitos dos animais e governo aberto	18
Negócios	Desburocratização, negócios e governo aberto	28
Participação social	Controle social, em nível local, de políticas públicas que recebem recursos federais	25
	Ouvidoria como instrumento de participação e governo aberto	9
	Participação da sociedade civil nos espaços institucionais de corregedoria dos três poderes	12
	Participação social nas iniciativas e políticas públicas de inovação	10
Pessoas com deficiência	Colaboração para melhoria da transparência dos dados para políticas para pessoas com deficiência	7
Políticas públicas para Idosos	Políticas para idosos e governo aberto	16
Políticas públicas para Mulheres	Mulheres no serviço público e governo aberto	14
	Violência contra mulher e governo aberto	28
Povos Indígenas e Tradicionais	Direito à participação de Povos Indígenas e Tradicionais	38
Saúde	Participação social na gestão dos serviços ofertados pelo SUS	16
	Transparência, usabilidade e confiabilidade de dados sobre câncer	25
Segurança pública	Encarceramento em massa e governo aberto	7
	Reinserção social e governo aberto	1
Trabalho	Saúde mental do trabalhador e governo aberto	18
	Situação de trabalhadores terceirizados nos setores de minas e energia e governo aberto	2
Transparência pública	Aperfeiçoamento do rastreamento dos gastos públicos na execução do orçamento	49
	Transparência da atuação de estatais na execução de políticas públicas	27
	Transparência e abertura das compras públicas	66
	Transparência e rastreabilidade na cadeia produtiva da pecuária	60
TOTAL		1889

Temas mais votados

Tema	Número de Votos Recebidos
Transparência e participação social em grandes obras de infraestrutura	166
Combate à corrupção e governo aberto	112
Transparência, participação e colaboração na pesquisa e produção científica	98
Aprimoramento do cumprimento da Lei de Acesso à Informação	69

Conclusão

Finalizado o processo de consulta pública para priorização dos temas que compõem o 6º Plano de Ação de Governo Aberto, os quatro temas com mais votos, priorizados pela sociedade civil são:

- 1) Transparência e participação social em grandes obras de infraestrutura
- 2) Combate à corrupção e governo aberto
- 3) Transparência, participação e colaboração na pesquisa e produção científica
- 4) Aprimoramento do cumprimento da Lei de Acesso à Informação

Os temas selecionados, em conjunto com os temas priorizados pelo Governo, serão trabalhados em oficinas de cocriação por especialistas e representantes da sociedade e do governo. Cada tema será discutido para que sejam elaborados compromissos que serão executados ao longo de quatro anos, buscando o aprimoramento das políticas relativas a cada um, de forma colaborativa e responsiva aos anseios da sociedade.